



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

AUDITORIA DE RECURSOS EXTERNOS

RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE AUDITORIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO ENCERRAMENTO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2957/OC-BR – PROCIDADES/DF

PROCESSO Nº: 00600-00006878/2023-85-E

Brasília-DF, 2023.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE AUDITORIA - RLPA

1. Apresentação

Tendo em vista a autorização para realização da auditoria de recursos externos do Programa Procidades/DF, aprovada pela Decisão Administrativa nº 85/2022 (e-DOC 8D71DFB8), apresenta-se, a seguir, o levantamento preliminar de auditoria de recursos externos no Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – Procidades/DF, aprovado pelo Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR (e-DOC F715CA9B). A fiscalização proposta abrange o período entre 1º.01 e 28.09.2023 (data final para apresentação da auditoria conforme o contrato), referente ao encerramento do Programa.

2. Além da Decisão Administrativa nº⁰¹ 85/2022, a presente auditoria foi motivada pelos seguintes documentos:

- Mensagem CBR nº 3530/2009 (e-DOC 06C03197), mediante a qual o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID autoriza o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF a atuar como auditor independente dos contratos de empréstimo celebrados entre o Banco e o Governo do Distrito Federal – GDF;
- Termo de Cooperação Técnica (e-DOC AE89F5C8), celebrado entre o Governo do Distrito Federal – GDF, por intermédio da então Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável, e o TCDF, pelo qual as auditorias requeridas durante a vigência do Procidades/DF serão realizadas pela Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública – Semag deste Tribunal; e
- Termo de Referência de Serviços de Auditoria Externa do Procidades/DF (e-DOC 199434CC), o qual prevê as diretrizes para o planejamento e execução da auditoria, com base nas Normas Internacionais de Auditoria das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs) e nos requerimentos do BID.

2. Objeto da Auditoria

2.1 Identificação do Objeto

3. O objeto desta auditoria são as demonstrações contábeis referentes ao período executado no exercício de 2023 (01.01 a 28.09.2023) e ao encerramento do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – Procidades/DF – Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR.

2.2 Contextualização

4. O Procidades/DF tem o objetivo de promover o desenvolvimento econômico do Distrito Federal, mediante a melhoria do ambiente de negócios, o fomento do desenvolvimento empresarial, a promoção de investimentos e a realização de obras de infraestrutura urbana.

¹ PT 11 – e-DOC 8289F99E-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAValiação DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

5. As ações finalísticas do Programa estão distribuídas geograficamente pelas Áreas de Desenvolvimento Econômico – ADEs: “Materiais de Construção” e “Setor de Indústria” – localizadas no Centro Norte (Ceilandia); “Múltiplas Atividades” (Gama); e “Polo JK” (Santa Maria); estruturadas em quatro componentes básicos, quais sejam:

- Componente I – Desenvolvimento Institucional Estratégico;
- Componente II – Programa de Atração de Investimentos;
- Componente III – Desenvolvimento Empresarial nas ADEs; e
- Componente IV – Urbanismo e Infraestrutura nas ADEs.

6. Além dos gastos finalísticos, estruturados conforme os componentes mencionados, também estão compreendidos, no Procidades/DF, atividades de gestão, avaliação e monitoramento, dentre as quais se destacam as contratações de consórcio de suporte ao gerenciamento e de consultor individual para avaliação intermediária do Programa.

7. No âmbito da atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal - SEDET/DF², funciona a Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP/Procidades/DF³, à qual compete planejar, coordenar e avaliar as atividades do Programa com o apoio do antes citado consórcio de suporte ao gerenciamento.

8. Especificamente no que concerne à execução do Componente IV – Urbanismo e Infraestrutura nas ADEs, que envolve a realização de obras, o arranjo institucional do Procidades/DF contempla a participação de outros órgãos e entidades do GDF, cada um com função específica, conforme cláusula 4.06 do Anexo A do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR.

2.2 Recursos Envolvidos

9. Conforme informado no RLPA da Auditoria referente ao exercício de 2022 (Processo nº 00600-00000342/2023-56), houve alterações do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR, apresentadas no Instrumento de Alteração Contratual nº 4⁴:

- a) prorrogação do prazo de reembolso para até 31.05.2023;
- b) alteração da Cláusula 1.01 das Disposições Especiais do Contrato, estimando o valor do custo total do projeto em quantia equivalente a US\$ 60.000.000,00;

² O Decreto nº 44.100, de 01/01/2023, promoveu a fusão da Secretaria de Estado de Trabalho e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

³ Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR, Anexo A, item IV, conjugado com Decreto 34.619/13, que cria a Unidade de Gerenciamento do Procidades/DF.

⁴ E-DOC E82AE021-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

c) alteração da Cláusula 1.04 das Disposições Especiais do Contrato, dispondo que o valor que o Distrito Federal se compromete a fornecer para a completa e ininterrupta execução do projeto é estimado em quantia equivalente a US\$18.000.000,00.

10. Assim, as despesas do Procidades/DF, após repactuação, passaram a compor o total equivalente a até US\$ 60 milhões⁵, dos quais US\$ 42 milhões são financiados pelo BID e US\$ 18 milhões são de recursos de contrapartida local, conforme disposto a seguir:

Tabela 1 - Custo e Financiamento após a Alteração Contratual n° 4 em US\$.

Componentes/ Categorias	IDB/OC	Local	Total	%
Componentes de Investimento	35.000.000	17.450.000	52.450.000	87
Administração e Gestão	7.000.000	550.000	7.550.000	13
TOTAL	42.000.000	18.000.000	60.000.000	100

Fonte: 4º Instrumento de Alteração Contratual (e-DOC E82AE021-e).

11. A responsabilidade pela aplicação desses recursos é do Governo do Distrito Federal, que atua, para esse fim, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal – SEDET/DF.

2.3 Panorama de Contratos Assinados em 2023

12. No que diz respeito à realização de procedimentos licitatórios no âmbito do Procidades/DF, noticia-se a assinatura de dois contratos em 2023, conforme é visualizado na Tabela 1:

Tabela 1 - Contratos firmados em 2023 no âmbito do Procidades/DF.

N.º Processo SEI	Nº Contrato	Fornecedor contratado	Objeto/Descrição	Valor Contratado (R\$)
04035.00001428/2023-18	48818/2023	Paulo Roberto Vilela Pinto	Contratação de consultor individual para fiscalizar a obra da linha de transmissão de 138 kv que ligará as subestações de Santa Maria e Mangueiral à subestação do Polo JK	R\$ 97.177,01
0370-00000514/2021-16	48998/2023	Júlia Ortiz Ambros	Avaliação Final do Programa	R\$ 97.866,55
				195.043,56

Fonte: Planilha encaminhada em resposta à Nota de Auditoria nº 03⁶.

⁵ Valor anterior estava estimado em US\$ 66,4 milhões, dois quais US\$ 45 milhões são financiados pelo BIB e US\$ 21,4 milhões pelo GDF.

⁶ DC06-Contratos celebrados e aditivos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

2.4 Seleção das obras para Vistoria

13. Em razão do encerramento do contrato neste exercício, definiu-se que seriam vistoriadas algumas obras executadas durante o prazo de vigência do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR. Os critérios utilizados na escolha de quais seriam visitadas perpassaram pelo prazo de entrega, tendo em vista que foi dada maior relevância às entregas mais recentemente, de preferência nos últimos dois anos e, também, pela fonte do recurso. Além disso, levou-se em consideração as atuações realizadas pelo Tribunal relacionadas a processos de fiscalização de obras do Programa⁷.

14. Desse modo, na Tabela 2 estão indicadas as obras escolhidas para a inspeção física.

Tabela 2 – Obras selecionadas para vistoria.

Item	Unidade Executora	Objeto	BID/Local	Nº do Processo	Contrato
1.1	SAADE PROCIDADES (UGL NOVACAP) (COPMA)	Complementação da urbanização e mobilidade urbana da ADE Materiais de Construção: Execução da pavimentação asfáltica do Setor de Indústrias da Ceilândia; Execução da rede de drenagem de águas pluviais da ADE Setor de Indústrias da Ceilândia: Complementação da urbanização e mobilidade urbana da ADE Setor de Indústrias	BID	370.000.462/2016	038218/2018 - SEDICT/DF
1.2	SAADE PROCIDADES (TERRACAP) (COPMA)	Complementação da rede elétrica da ADE AMA do Gama	Local	0370-000231/2017	43/2021 – Terracap
1.4	SAADE PROCIDADES (UGL NOVACAP) (COPMA)	Complementação da pavimentação 1o e 2o etapas; Complementação da urbanização e mobilidade urbana da ADE Polo JK	BID	0370-000477/2016	40542/2020
1.5	SAADE PROCIDADES (UGL CEB) (COPMA)	Implantação de Linha de Alimentação da ADE Polo JK	BID	00370-00003247/2019-14	41049/2020
1.18	SAADE PROCIDADES (COPMA)	Obras da Rota de Fuga	Local	00110-000364/2016	011/2019-SODF
1.21	SAADE PROCIDADES (UGL CEB) (COPMA)	Sistema de Readequação Viária com Trincheira no Recanto das Emas/Riacho Fundo II (Reconhecimento de Contrapartida) (Em Execução)	Local	00113-00013537/2020-23	0001/2021 - DER

Fonte: PT12.

2.5 Normas de Auditoria Aplicáveis

15. De acordo com o previsto no Termo de Referência de Serviços de Auditoria Externa (e-DOC 199434CC), a auditoria será realizada em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), as quais são convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria (NIAs), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC). Observam-se, ainda, os requerimentos do BID nessa matéria, os requisitos do Contrato de Empréstimo e as políticas do Banco.

16. Nesse contexto, por estarem expressamente listadas naquele Termo de Referência, os auditores deverão prestar especial atenção às ISSAIs 1240, 1250, 1260, 1315, 1330, 1510, 1560, 1580 e 1620. Esse rol não é, porém, exaustivo,

⁷ Com exemplo, cita-se o Processo nº 00600-00000406/2021-57-e, que tratou de inspeção nas obras do Contrato nº 37781-2018-SEDICT/DF para a construção da subestação do Polo JK em Santa Maria/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

procedendo-se a seguir à explicitação de alguns procedimentos adotados na fase de planejamento da auditoria proposta.

17. Como forma de registrar a observância dos auditores ao critério de independência preconizado nas ISSAIs 10, 30 e 100, todos os auditores envolvidos neste trabalho preencheram Declaração de Independência⁸.

18. Para efeito do cumprimento da ISSAI 1210 da INTOSAI, a estrutura de relatório financeiro aplicável será aquela dos relatórios financeiros intermediários (mensais, semestrais, fundo rotativo, plano de aquisições etc.), no formato acordado entre o DF e o BID como base para a auditoria.

19. Para atender às condições prévias de concordância e reconhecimento da Administração sobre sua responsabilidade no processo de auditoria, previstas pela ISSAI 1210, foi solicitada por meio da Nota de Auditoria nº 01/2023 a apresentação de Carta de Compromisso firmada pelo Coordenador Executivo da UGP/Procidades/DF. A carta assinada pelo Mutuário, concordando com os termos da auditoria, consta associada aos autos⁹.

20. Em cumprimento às normas internacionais de auditoria, ISSAI 1315 e 1330, o procedimento de avaliação de riscos foi estabelecido com base na matriz analítica de revisão dos controles internos do Programa¹⁰. Isso envolve a avaliação do grau de implementação dos controles internos, inclusive a natureza das fragilidades identificadas e as medidas tomadas em resposta a essas deficiências.

21. De acordo com a ISSAI 1315, a avaliação do risco leva em consideração os levantamentos de componentes significativos e classes relevantes de transações, saldos contábeis e divulgações, principalmente naquelas áreas em que ocorreram distorções relevantes nos exercícios anteriores. Dessa forma, não estão previstos exames integrais desses componentes, transações e saldos.

22. A depender do nível de risco e do controle associado, o auditor poderá aplicar procedimentos adicionais de auditoria, de acordo com a eventual necessidade de maior aprofundamento e extensão dos testes, com o fim de se obter razoável certeza da opinião a ser emitida.

2.6 Normas Específicas do BID Aplicáveis ao Contrato de Empréstimo

23. O Banco Interamericano de Desenvolvimento é um organismo internacional com personalidade jurídica de direito público externo. No Brasil, o Decreto Legislativo nº 18/1959 aprovou o Convênio Constitutivo do Banco e o Decreto nº 73.131/1973 o promulgou.

24. A teor do que dispõe o § 5º do art. 42 da Lei federal nº 8.666/1993, admite-se, para as aquisições decorrentes de operações de crédito externas, a utilização das normas de licitação da entidade financiadora, desde que a adoção de tais normas tenha sido condição para a concessão do financiamento, *in verbis*:

Art. 42, § 5º Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de

⁸ e-DOC 35CE82A4-e.

⁹ e-DOC 6B4419A8-c

¹⁰ PT14.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e seja objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior.

25. Nesse contexto, a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, exceto de consultoria, devem se balizar pela GN-2349-9 (e-DOC 04889765), conforme estabelecido na Cláusula 4.01 do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR:

CLÁUSULA 4.01. Contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(z) das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Aquisições são as datadas de março de 2011, contidas no documento GN-2349-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Aquisições forem modificadas pelo Banco, a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Aquisições modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Mutuário e o Mutuário aceite por escrito sua aplicação.

26. Por sua vez, a seleção e contratação de consultores deve se orientar pela GN-2350-9 (e-DOC C61B5074), a teor do que dispõe a Cláusula 4.04 do Contrato de Empréstimo em referência:

CLÁUSULA 4.04. Seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(aa) das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Consultores são as datadas de março de 2011, contidas no documento GN-2350-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Consultores forem modificadas pelo Banco, a seleção e contratação de serviços de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Consultores modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Mutuário e o Mutuário aceite por escrito sua aplicação.

27. Impende salientar, ainda, que as moedas de apresentação das demonstrações financeiras são o dólar americano e o real, incluindo eventuais necessidades de conversão monetária da informação auditada, conforme exigido pelas Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa de Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (e-DOC ADC788A2).

3. Avaliação de Riscos e Controle

28. Nesta auditoria, optou-se pelo enfoque financeiro na matriz de riscos, tomando por base o Manual de Auditoria Financeira do TCU, ISSAI 1320 e ISA/NBC TA 320, de forma que foram essencialmente avaliados riscos relacionados a existência, direitos e obrigações, integralidade, exatidão/valorização/alocação, classificação e apresentação das Demonstrações Financeiras do encerramento do Programa Procidades/DF, relativas ao exercício de 2023. Tal procedimento também guarda consonância com o requisito do item 5.4.2, "b", "ii" do Termo de Referência de Serviços de Auditoria Externa (e-DOC 199434CC).

29. Nessa metodologia, os riscos são avaliados considerando a probabilidade e o impacto de ocorrência, bem como a atuação dos controles internos para mitigá-lo, resultando no risco residual.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

30. Levando em conta a manutenção do risco de auditoria baixo (5%), compatível com uma asseguração razoável, e o risco residual, é possível calcular o risco de detecção que é útil para balizar a extensão dos procedimentos de auditoria.

31. Nesse sentido, cabe destacar o planejamento da utilização da Amostragem de Unidades Monetárias – AUM para avaliar se os pagamentos realizados pelo Programa estão livres de distorções relevantes causadas por divergências injustificadas entre os valores registrados nos lançamentos contábeis (Solicitações de Desembolsos - SDs) e as notas fiscais, tendo como parâmetros o risco de detecção e a materialidade de execução da auditoria, a qual foi dimensionada em função do resultado da avaliação de riscos e controles internos.

32. A seguir, apresenta-se quadro-resumo com os principais pontos da Matriz de risco elaborada para esta auditoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAValiação DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

Área	Código	Descrição do Risco Inerente	Probabilidade e (A)	Impacto (B)	Risco Inerente (A x B)	Risco de Controle	Risco Residual	Risco de Detecção
Gestão de riscos e controles internos	GRCL_R01	Não atingimento dos objetivos de um sistema de controle interno (divulgação das demonstrações, conformidade às normas aplicáveis ao Contrato de Empréstimo e eficiência/eficácia).	40%	90%	36%	53%	19%	26,0%
	GRCL_R02	Perpetuação de falhas identificadas em auditorias anteriores que comprometem a execução do Contrato de Empréstimo.	80%	60%	48%	40%	19,2%	26%
Desembolsos efetuados e Elaboração das demonstrações contábeis	DB_R4	Divergências injustificadas entre os valores registrados nos lançamentos contábeis (Siggo e GPRO) e as notas fiscais e extratos bancários	60%	30%	18%	60%	11%	46%
	DB_R5	Os valores registrados na DF não estarem corretamente classificados (Ex: BID vs. Contrapartida; Justificativas Aprovadas vs. Pendentes)	40%	60%	24%	65%	16%	32%
	DB_R6	Omissões de incertezas materiais relacionadas a desembolsos em Notas Explicativas	40%	90%	36%	60%	22%	23%
	DB_R7	Risco de as demonstrações financeiras não atenderem aos requisitos do relatório financeiro aplicável, passando por falhas mais formais a materiais (ex: faltar o capítulo descrição do componente)	40%	30%	12%	60%	7%	69%
Saldos bancários	CX_R3	Divergências entre o saldo total disponível (DFC) e os saldos das contas bancárias pertencentes ao programa.	80%	30%	24%	40%	10%	52%
	CX_R4	Bloqueio ou destinação de recursos financeiros da conta vinculada para cumprir outros compromissos não relacionados ao Programa	60%	60%	36%	40%	14%	35%
	CX_R5	Os valores registrados na DFC não estarem corretamente classificados (BID vs. Contrapartida)	60%	60%	36%	40%	14%	35%
	CX_R6	Risco de a Demonstração Financeira, incluindo as Notas Explicativas, não atender aos requisitos estabelecidos no Contrato de Empréstimo e nas políticas do BID.	40%	90%	36%	80%	29%	17%
Legenda de cores		risco residual muito baixo						
		risco residual baixo						
		risco residual médio						
		risco residual alto						
		risco residual muito alto						

Fonte: Matriz de riscos e controles, PT14.

33. Frise-se que o estabelecimento dos procedimentos de auditoria levou em conta os riscos inerentes e os controles identificados, de modo a redundar em risco de auditoria adequado aos níveis de asseguarção adotados, a saber: **asseguarção razoável** na certificação das demonstrações financeiras; e **asseguarção limitada** quanto à análise de cláusulas contratuais e à elaboração do relatório sobre o sistema de controle interno do Mutuário.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

34. Cabe destacar que em função de não ter previsão de aquisição de bens no período de 01.01.2023 até 28.09.2023 (data final para apresentação da auditoria conforme o contrato), não foi realizada análise de riscos específica para os bens do programa.

35. Por fim, ressalta-se que às informações sobre os controles internos reunidas na fase de planejamento serão acrescidas as eventuais falhas de controle detectadas durante a execução da auditoria, e que as conclusões sobre essa avaliação integrada comporão o Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controle Interno Associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras, em atendimento ao item 6.1.c do Termo de Referência de Serviços de Auditoria Externa (e-DOC 199434CC).

4. Usuários Previstos

36. O destinatário principal deste trabalho é o BID, em atenção ao disposto na Cláusula Contratual 5.03 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR e no Termo de Referência de Serviços de Auditoria Externa do Procidades/DF (e-DOC 199434CC).

37. O Relatório de Auditoria também se destina ao Plenário desta Corte, como subsídio para o exercício do controle externo, aos Gestores do Procidades/DF e à população do Distrito Federal, que poderá acessar o texto integral do Relatório após a aprovação pelo Plenário deste Tribunal, como parte importante do controle social.

5. Materialidade

38. Em 2023, foi despendido o montante total US\$ 619 mil (R\$ 3,2 milhões), sendo US\$ 589,7 mil provenientes da fonte BID e US\$ 29,3 mil oriundos de contrapartida local, consoante documentação enviada e constante da Solicitação de Desembolso nº 40¹¹, que foi a única encaminhada até o presente momento que se referia ao ano de 2023.¹²

39. Além desse valor, também foram considerados na materialidade, como contrapartida, os dispêndios no montante de R\$ 47,52 milhões referentes à obra do Sistema de Readequação Viária com Trincheira no Recanto das Emas/ Riacho Fundo II¹³, tendo em vista a manifestação do gestor do Programa – UGP/Procidades/DF no sentido de que se intenta a elaboração da SD nº 41 com os gastos referidos.

40. Destaque-se a incerteza apresentada nas Notas Explicativas de 2021 e 2022 com relação a possíveis efeitos negativos sobre as Demonstrações Financeiras referente ao exercício de 2023, tendo em vista que ainda não existem conclusões definitivas:

- acerca da possibilidade de superfaturamento no Contrato nº 38218/18 – Sedict/DF com o Consórcio ADE Ceilândia, Processo nº 1079/2020-e desta Corte de Contas;

¹¹ e-DOC 3F35E6F5-c.

¹² Cumpre destacar que também foi encaminhada a Solicitação de Desembolso nº 39, que já foi analisada na auditoria anterior (Processo nº 00600-00000342/2023-56).

¹³ O Tribunal já avaliou essa obra no âmbito do Controle Externo (Processo nº 00600-00012703/2021-45-e), razão pela qual não foi selecionada para nova fiscalização pela SEMAG.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

- sobre apuração de supostas irregularidades, durante o período de 2015 a 2017, relacionadas a pagamentos, aparentemente indevidos, de IRPJ e CSLL e de encargos sociais aos consultores, enquadrados pela área técnica como subcontratados, consoante Relatório de Inspeção nº 05/2019 - DARUC/SUBCI/CGDF, Processo nº 27616/2019, em trâmite neste Tribunal de Contas;
- sobre apuração de supostas irregularidades, no que tange à execução do Contrato nº 40542/2020, no exercício de 2021, o qual trata da execução de obras de complementação da pavimentação 1ª e 2ª etapas e complementação da urbanização e mobilidade urbana da ADE Polo JK, Processo nº 00600-00000476/2022-96-e, em trâmite neste Tribunal de Contas; e
- sobre a apuração de supostas irregularidades, no que tange à execução do Contrato nº 41.049/2020, no exercício de 2022, que tem por objeto a obra de implantação da linha aérea de distribuição em 138 KV, que ligará as subestações Santa Maria e Mangueiral à subestação polo JK. O contrato é objeto de fiscalização em trânsito neste Tribunal, Processo nº 00600-00000752/2023-05.

41. Os parâmetros de materialidade definidos pela equipe para instrumentalizar a interpretação das distorções eventualmente identificadas foram as seguintes: i) materialidade global, 5% do total das despesas efetuadas em 2023; ii) materialidade para execução da auditoria: 65% da materialidade global; iii) limite para acumulação de distorções (LAD): 4,5% da materialidade global.

6. Objetivo Geral da Auditoria

42. O objetivo geral da auditoria é emitir parecer profissional de auditores independentes relativo ao período compreendido entre 01.01.23 e 28.09.23, que se refere ao encerramento do Programa, sobre as informações financeiras e operacionais exigidas pelo BID, os registros contábeis, a documentação de apoio relacionada a gastos, o exame dos processos de aquisição de bens¹⁴ e contratação de obras e serviços¹⁵, a utilização dos recursos do Programa, tendo como base a avaliação dos controles internos relevantes para os referidos exames, em conformidade com os termos e condições do Contrato de Empréstimo BID nº 2957/OC-BR.

7. Objetivos Específicos da Auditoria

43. A auditoria tem como objetivos específicos a apresentação dos seguintes relatórios:

¹⁴ A aquisição de bens não será avaliada nesta auditoria, tendo em vista que não ocorreu a compra de nenhum bem.

¹⁵ A contratação de obras e serviços também não será avaliada, levando em consideração que a única obra que poderia ser vista já foi objeto de fiscalização pelo Tribunal (Processo nº 00600-00012703/2021-45-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

- **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Básicas:** incluindo a opinião sobre o exame integrado dos processos de aquisições de bens e contratação de obras e serviços de forma integrada, com a documentação comprobatória das solicitações de desembolso apresentadas ao Banco e da qualificação das despesas financiadas com recursos do Programa, tanto do aporte BID como do aporte da contrapartida local, que deverá ser acompanhado do Detalhamento das Despesas Revisadas e Notas, explicando: (i) as bases contábeis de registro dos comprovantes de pagamento na contabilidade do Projeto; e (ii) o escopo das provas de auditoria realizadas e o critério utilizado para determinar a amostra para revisão dos comprovantes correspondentes tanto dos recursos BID quanto à contrapartida local. Trata-se de trabalho de certificação com nível de asseguarção razoável; e
- **Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controle Interno Associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras:** além do relatório padrão, os auditores deverão (a) proporcionar comentários e observações sobre os registros contábeis, sistemas e controles que foram examinadas no decurso da auditoria; (b) identificar deficiências específicas e áreas de fragilidade nos sistemas e controles e formular recomendações para sua melhoria, de acordo com os seguintes parâmetros: (i) critério: o que deveria ser; (ii) condição: situação encontrada; (iii) causa: o que provocou o desvio do critério; (iv) efeito: risco envolvido; (v) recomendação, se pertinente; e (vi) pontos de vista da gerência do executor; (c) informar casos de não cumprimento dos termos do acordo financeiro; (d) quantificar e informar despesas consideradas inelegíveis e pagas a débito de contas designadas, ou cujos pagamentos tenham sido reivindicados pelo Mutuário ao BID; (e) comunicar assuntos que tenham chegado ao seu conhecimento durante a auditoria, que possam ter um impacto significativo na implementação do Projeto; e (f) levar ao conhecimento do Mutuário quaisquer outros assuntos que os auditores considerem pertinentes. Trata-se de trabalho de relatório direto com nível de asseguarção limitado¹⁶.

44. Impende ressaltar que, conforme acordado no Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica (e-DOC 4D2B62C4), o Banco passou a dispensar a apresentação de relatório específico sobre o cumprimento de cláusulas contratuais, bastando para tanto incluir no Relatório sobre o Sistema de Controle Interno um parágrafo acerca da observância das cláusulas contratuais (e-DOC 527054A5).

8. Escopo

45. Quanto ao escopo da presente auditoria, consideram-se aplicáveis as disposições do já citado Termo de Referência de Serviços de Auditoria Externa associado ao contrato de empréstimo.

¹⁶ Para a conceituação dos trabalhos de certificação e de relatório direto, bem como dos níveis de asseguarção razoável e limitada, remete-se o leitor aos parágrafos 29 e 33, nesta ordem, da ISSAI 100, adotada como norma nacional nos termos das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP Nível 2.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

46. Dessa forma, o escopo dos trabalhos dessa auditoria, relativo ao período de 1º.01 a 28.09.2023, inclui todos os componentes do Procidades/DF, custeados com recursos do financiamento e/ou da contrapartida local, e compreende as áreas e os exames seguintes:

Áreas e exames do escopo dos trabalhos de auditoria

Áreas	Exames
Cumprimento das condições acordadas no Contrato de Empréstimo	Verificar se os recursos externos foram usados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de empréstimo e somente para os fins para os quais o financiamento foi concedido; Verificar se os recursos de contrapartida foram fornecidos e usados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de empréstimo e somente para os fins para os quais os recursos foram concedidos; Verificar, por amostragem, se os bens, obras e serviços financiados foram adquiridos em conformidade com o contrato de empréstimo, incluindo disposições específicas das Políticas e Procedimentos de Aquisições do BID; Verificar se os documentos de apoio necessários, registros e contas foram mantidos relativamente a todas as atividades do Programa.
Revisão dos Controles Internos	Examinar e avaliar o controle interno do beneficiário, a fim de obter um entendimento suficiente do desenho das políticas e procedimentos de controle relevantes e verificar se essas políticas e procedimentos foram implementados como pretendido. Os principais componentes do controle interno a serem estudados e avaliados incluem os apresentados na Matriz de riscos, mas sem limitar-se aos controles relacionados com cada conta de receita e despesa nas demonstrações financeiras do Programa.
Demonstrações Financeiras do Programa	Verificar se as demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (NICSP) e com o estabelecido nos seguintes documentos: o respectivo contrato de empréstimo, a "Política de Gestão Financeira para Projetos Financiados pelo Banco" (OP-273-6, e-DOC ECDE1B68-e) e suas eventuais alterações; e as "Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo Banco" e suas eventuais alterações.
Revisão de Demonstrações de Despesas	Examinar, por amostragem, a conformidade dos pagamentos das despesas que foram objeto de solicitações de desembolso.
Revisão de Contas Designadas	Examinar as atividades da(s) conta(s) designada(s) do Programa. As atividades a serem examinadas incluem depósitos recebidos, pagamentos efetuados, juros auferidos e conciliação de saldos de final de período.

9. Perfil da Equipe e Recursos Necessários

47. Em função do reduzido prazo estipulado, da extensão dos testes e da especificidade dos trabalhos a serem realizados, as atividades deverão ser desenvolvidas com a participação de cinco Auditores de Controle Externo, para que o prazo de envio das demonstrações financeiras do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR (28.09.23), devidamente auditadas, seja cumprido pelo TCDF, na condição de auditor independente, e pelo Distrito Federal, enquanto mutuário.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

48. A respeito da composição da equipe de Auditoria, reporta-se ao Termo de designação nº. PR_1/2023 - DIAPREX (peça 1) e ao Ofício nº 26/2023 – SEMAG (peça 02).

49. Os recursos a serem utilizados pela auditoria serão aqueles ordinariamente à disposição da Divisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos.

10. Cronograma

50. A Cláusula 5.03 do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR estabelece que o prazo para apresentação das Demonstrações Financeiras auditadas é 120 (cento e vinte) dias após o último desembolso financeiro, que, no caso em exame, foi 31.05.2023. Assim, a Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública – Semag e o Plenário do Tribunal de Contas do Distrito Federal deverão protocolar a entrega das Demonstrações Financeiras Auditadas na UGP/Procidades/DF até **27.09.2023**¹⁷.

51. Por sua vez, a UGP/Procidades/DF possui até 28 de setembro do ano corrente para encaminhar ao BID as Demonstrações Financeiras Auditadas, juntamente com outras documentações, conforme compromisso contratual assumido pelo Distrito Federal.¹⁸

52. Dispõe-se a seguir o cronograma das atividades a serem realizadas para atendimento dos prazos acordados.

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES		
ATIVIDADE	INÍCIO	CONCLUSÃO
Planejamento da auditoria	30/05/2023	07/07/2023
Execução da auditoria	10/07/2023	18/08/2023
Elaboração do Relatório Prévio	21/08/2023	06/09/2023
Envio do Relatório Prévio para considerações do Gestor	06/09/2023	06/09/2023
Prazo para Comentários do Gestor	06/09/2023	13/09/2023
Análise dos Comentários do Gestor	13/09/2023	19/09/2023
Conclusão do Relatório Final	20/09/2023	20/09/2023
Envio do Relatório Final para a Semag/TCDF	20/09/2023	20/09/2023
Envio do Relatório Final para apreciação plenária	22/09/2023	22/09/2023

¹⁷ PT11 (e-DOC 0B2E8150-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE MACROAVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA
DIVISÃO DE AUDITORIA DE PROGRAMAS E DE RECURSOS EXTERNOS

Brasília, 02 de agosto de 2023.

À consideração superior.

<ASSINADO ELETRONICAMENTE>

Gabriel de Oliveira Reges

ACE Mat. 1594-5

<ASSINADO ELETRONICAMENTE>

Elivelton Eliel da Silva Cavalcante

ACE Mat. 1895-0

<ASSINADO ELETRONICAMENTE>

Larissa Vieira Neto

ACE Mat. 1823-0

<ASSINADO ELETRONICAMENTE>

Fabício Bianco Abreu

ACE Mat. 449-9